

AO EXPEDIENTE DO DIA
04 de 07
PRESENTE



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO ARNALDO MONTEIRO



PROJETO DE LEI Nº 359/2007

Declara de utilidade pública a APAE
- Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Aroeiras - PB e dá
outras providências.

A Assembléia Legislativa decreta:

Art 1º - Fica declarada de utilidade pública a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aroeiras – PB.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, 03 de Outubro de 2007.


ARNALDO MONTEIRO
DEPUTADO ESTADUAL



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO ARNALDO MONTEIRO**

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Aroeiras associação civil sem fins lucrativos, de caráter assistencial, cultural, de pesquisa e esportes, com duração indeterminada, tendo foro e sede no município de Aroeiras – PB tem como fins dentre outros, promover a melhoria de vida das pessoas com deficiência, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania.

Esta associação vem provendo no município o bem estar, proteção e ajustamento em geral, das crianças, adolescentes e adultos excepcionais, assegurando-lhes educação, saúde, cidadania e inclusão na vida social e produtiva, visando sempre melhorar os atendimentos aos associados e seus familiares.


ARNALDO MONTEIRO
DEPUTADO ESTADUAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - Impressão



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.864.727/0001-29		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 04/06/2007	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AROEIRAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE DE AROEIRAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO R ZEFERINO DE PAULA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO CENTRO
CEP 58.489-000	BAIRRO/DISTRITO AROEIRAS	MUNICÍPIO AROEIRAS	UF PB
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2007	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia **5/6/2007** às **21:17:14** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 05/06/2007



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ nº. 08 865 636/0001-08**

LEI Nº. 752/2007

**RECONHECE COMO SENDO DE
UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO
CIVIL, APAE (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS) DE
AROEIRAS-PB E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO
DE AROEIRAS, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe são
legalmente conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu, sanciono
e promulgo a seguinte lei:**

**Art. 1º - Fica Reconhecida como sendo de Utilidade Pública,
a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Aroeiras-
PB. Associação Civil, filantrópica de caráter assistencial.**

**Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Aroeiras/PB, 30 de Julho de 2007.


José Francisco Marques
Prefeito Constitucional



JUSTIFICATIVA

A APAE de Aroeiras é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município de Aroeiras, Estado da Paraíba, que tem como fins dentre outros promoverem a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS

DIÁRIO OFICIAL

Instituído pela Lei nº. 277 de 11/03/1975

ANO XXXII

EDIÇÃO Nº. 061/2007

ASSOCIAÇÃO CIVIL, APAE
(ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS) DE
AROEIRAS-PB E DAS OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO
MUNICÍPIO DE AROEIRAS, Estado da Paraíba, no uso de suas
atribuições que lhe são legalmente conferidas, faço saber que a Câmara
Municipal aprovou e Eu, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica Reconhecida como sendo de
Utilidade Pública, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais) do município de Aroeiras-PB. Associação Civil, filantrópica
de caráter assistencial.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aroeiras/PB, 30 de Julho de 2007.

José Francisco Marques
Prefeito Constitucional
(assinado no original)

Serviço Público Municipal

JUSTIFICATIVA

A APAE de Aroeiras é uma associação civil, filantrópica, de
caráter assistencial, educacional, cultural de saúde, de estudo e pesquisa,
desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada,
tendo sede e foro no município de Aroeiras, Estado da Paraíba, que tem
como fins dentre outros promoverem a melhoria da qualidade de vida das
pessoas com deficiência, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sede provisória da APAE - Aracaju

PAROQUIA NOSSA SENHORA DO ROSARIO
R. PE. LEONEL FRANCO 50 C
AROEIRAS / PB (AG: 109)

Classe: RESIDENCIAL Monofásica
Roteiro: 01-109-030-3530
Nº do Medidor: 00000802617

Referência: SET/2007

1227

SAELPA
Trabalhando para o seu conforto

Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
BR230 - Km25 - Crato Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 15.015.823-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica
Nº 50841

Atendimento ao Cliente SAELPA.
Ao ligar, tenha sempre em mãos a conta.

0800 83 0196

LIGAÇÃO GRATUITA

Acesse: www.saelpa.com.br

RESERVADO AO FISCO

e4c8.826f.3d3f.ac2e.539d.0eb6.4da7.1d34

INDICADORES DE QUALIDADE - 07/2007 - Conjunto AROEIRAS

	LIMITES DA ANEEL	APURADO	LIMITE DE TENSÃO (V)
DEC	22,2	1,48	NOMINAL 220
FEC	9,3	0,28	CONTRATADA 201
DIC	29,0	0,00	LIMITE INFERIOR 231
FIC	16,0	0,00	LIMITE SUPERIOR
DMIC	15,0	0,00	

DEC: horas, em média, que a região ficou sem energia. FEC: vezes, em média, que a região ficou sem energia. DIC: nº. de horas que o cliente ficou sem energia. FIC: nº. de vezes que o cliente ficou sem energia. DMIC: duração, em horas, da maior interrupção de energia no período. Possíveis valores individuais apurados acima dos padrões nesta unidade consumidora implicarão direito a compensação.

DADOS DO CLIENTE

PAROQUIA NOSSA SENHORA DO ROSARIO
R. PE. LEONEL FRANCO 50 C

Conta referente a SET/2007

Apresentação 11/09/2007

AROEIRAS
CNPJ/CPF 25081088434

Data da próxima leitura
05/10/2007

FATURAS EM ATRASO

HISTÓRICO DE CONSUMO KWh

AGO/2007 0
JUL/2007 0
JUN/2007 4
MAI/2007 0
ABR/2007 0
MAR/2007 0
FEV/2007 0
JAN/2007 0
DEZ/2006 0
NOV/2006 0
OUT/2006 1
SET/2006 0

19/10/2006

3,86

MÉDIA DOS 3 MESES ANTERIORES:
1 KWh

COMPOSIÇÃO DO VALOR TOTAL DA SUA CONTA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DA SAELPA	5,62	49,43
COMPRA DE ENERGIA	3,83	33,69
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	0,48	4,22
ENCARGOS SETORIAIS	0,61	5,36
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	0,83	7,30
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00
TOTAL	11,37	100,00

ATENÇÃO

- Existem débitos anteriores ao demonstrado no Histórico.

AVISO: Permanecendo em atraso os "DÉBITOS ANTERIORES", já reavistados, a unidade consumidora poderá ter seu fornecimento suspenso, conforme Resolução ANEEL nº. 456 de 29/11/2000.

- LECTURA CONFIRMADA

Identificador para Débito Automático: 00010197572

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

→ 5/1019757-2

CANAL DE CONTATO

Conforme a Resolução da ANEEL nº 542/07, a partir de 28/08/2007, as tarifas de fornecimento em baixa tensão da SAELPA sofreram uma redução de 0,3%.

O conjunto e os limites dos indicadores DEC, FEC, DIC, FIC e DMIC foram alterados conforme Resolução Autorizativa 848/2007 da ANEEL. Confira as mudanças no campo Indicadores de Qualidade.

CÁLCULO DE CONSUMO

ANTERIOR	ATUAL				
Data	Leitura	Data	Leitura	Constante	Consumo Dias
06/08/07	189	04/09/07	193	1	4 29

DEMONSTRATIVO

Valor (R\$)

FORNECIMENTO DE ENERGIA
CUSTO DE DISPONIBILIDADE

10,54

IMPOSTOS / ENCARGOS

PIS:
COFINS:
JUROS DE MORA 08/2007
MULTA 08/2007
ICMS (ISENTO)

0,10

0,48

0,03

0,22

11/13

045025103049 59220

11,37AD130907

VENCIMENTO

18/09/2007

TOTAL A PAGAR

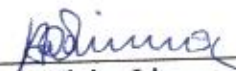
R\$ 11,37



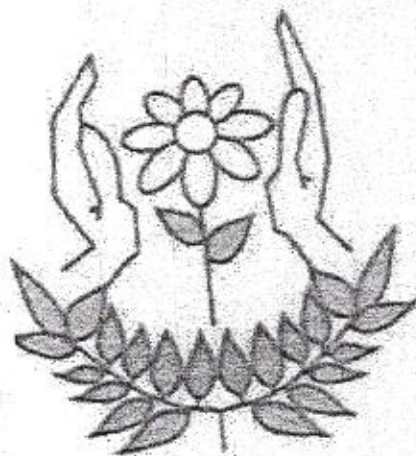
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito junto a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Aroeiras-PB, encontra-se em pleno funcionamento, preconizado pelo Estatuto. Portanto apta a ser reconhecida de utilidade pública e usufruir dos direitos legais inerentes ao ato.

Aroeiras, Pb 25/09/2007



Antonio Vieira Lima
Vereador



APAE

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
DE AROEIRAS - PARAÍBA
FUNDADA EM 20 DE ABRIL DE 2007**

ESTATUTO DA APAE DE AROEIRAS

ESTATUTO DA APAE DE AROEIRAS - PARAÍBA

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins



Art. 1º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aroeiras ou, abreviadamente, APAE de AROEIRAS, fundada em Assembléia realizada em 20 de Abril de 2007 nesta cidade de Aroeiras - PB, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A APAE de Aroeiras é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município de Aroeiras, Estado da Paraíba.

§ 1º - A APAE de Aroeiras adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas brancas, centro amarelo-ouro, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor branca, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo vinte e duas folhas.

§ 2º - A bandeira da APAE de Aroeiras, na cor azul, contendo ao centro o símbolo da Federação, terá as cores oficiais da bandeira do Brasil e suas medidas em conformidade com o Estatuto da Federação Nacional das APAEs, seu Regimento Interno ou Resolução.

§ 3º - Todos os eventos realizados pela APAE seguirão o Protocolo Oficial para Cerimônias estabelecido em Resolução expedida pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 3º - O dia 11 de dezembro, é consagrado como Dia Nacional das APAEs (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da APAE.

Art. 4º - São os seguintes os fins desta APAE, na sua área de jurisdição:

- a) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- b) coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;
- c) atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional e pela Federação das APAEs do Estado, coordenando e fiscalizando sua execução;

2

d) articular junto aos poderes públicos municipais e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência e com outras entidades no município, que defendam a causa da pessoa com deficiência em qualquer de seus aspectos;

e) encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

f) exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;

g) compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação;

h) promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE;

i) promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos da pessoa com deficiência e de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

j) estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

k) divulgar a experiência apaeano em órgãos públicos e privados, no âmbito municipal;

l) prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela na área específica de atendimento, àqueles que deles necessitarem;

m) desenvolver e estimular política de autodefensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano;

n) promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visando à inclusão social da pessoa com deficiência.

Parágrafo único - Considera-se "Excepcional", "Pessoa Portadora de Deficiência" ou "Pessoa com Deficiência" aquela que apresenta perda ou alteração de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade e/ou necessidades que impliquem em atendimento especial, tendo como referência sua inclusão social.

Art. 5º - Para consecução de seus fins, a APAE se propõe a:

a) promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, bem como a realização das finalidades da APAE;

b) incentivar a participação da comunidade e instituições públicas e privadas nas ações e programas voltados ao atendimento da pessoa com deficiência;

c) promover parcerias com os diversos setores de atividades, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho;

d) intensificar o intercâmbio entre as entidades co-irmãs, análogas filiadas, as associações congêneres e instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

e) manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e filosofia do Movimento Apaeano;

f) solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados e as contribuições de pessoas físicas;

3

g) firmar parcerias com entidades co-irmãs e análogas, órgãos públicos e privados, inclusive produção e venda de serviços, conforme legislação em vigor, para manutenção e garantia de oferta e qualidade na prestação dos serviços;

h) fiscalizar o uso do nome "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", do símbolo e da sigla APAE, por seus associados;

i) promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como colônia de férias, jardinagem, clubes, atividades culturais, etc;

j) promover e facilitar a vida em família da pessoa com deficiência apoiando e/ou gerenciando casas-lares para aquelas em situação de risco ou abandono;

k) oferecer oportunidade a que pessoas com deficiência possam participar de Conselhos, Diretorias ou Comissões Especiais da APAE.

Art. 6º. A APAE de Aroeiras integra-se, por filiação, à Federação Nacional das APAEs, de quem recebe orientação, apoio e permissão para uso do nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere e a cuja supervisão se submete.

§ 1º A APAE, após a filiação à Federação Nacional das APAEs, será automaticamente considerada como filiada à Federação das APAEs do Estado da Paraíba, a cujo Estatuto também adere e a cuja supervisão também se submete.

§ 2º A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso pela filiada do nome, símbolo e da sigla APAE estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das APAEs.

§ 3º A APAE apresentará, anualmente, à Federação das APAEs do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, incluindo balanço financeiro, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal e plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Seção I

Do Quadro Social

Art. 7º. A APAE de Aroeiras é constituída por número ilimitado de associados, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo único. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da APAE.

Art. 8º. O quadro social da APAE é constituído pelas seguintes categorias de associados:

4 
a) contribuintes, são as pessoas físicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a APAE por contribuição mensal, semestral ou anual em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da APAE, firmando termo de adesão de associado;

b) beneméritos, são as pessoas físicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços à APAE, não tendo direito a voto e não podendo ser votados, salvo se forem também associados contribuintes;

c) correspondentes, que são aqueles que prestam colaboração à APAE, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

d) honorários, constituindo-se das personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da excepcionalidade, e assim se fizeram credores dessa homenagem, apontados por proposta da diretoria à Assembléia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados, salvo se forem também associados contribuintes;

e) especiais - Os pais e as mães cujos filhos estejam matriculados nos programas de atendimento da APAE, ou os seus responsáveis, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados;

f) fundadores - São as pessoas que participaram da primeira Assembléia Geral de constituição da entidade e assinaram a respectiva ata, serão consideradas sócias fundadoras.

Seção II

Dos Títulos Honoríficos

Art. 9º - A APAE poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

I - São Agraciados Beneméritos as personalidades, física ou jurídica, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso da instituição filiada ou para a própria APAE.

II - São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência.

III - A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE.

IV - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão de 4(quatro) membros, sendo 2(dois) da Diretoria Executiva e 2(dois) do Conselho de Administração, para examinar minuciosamente as obras e o "curriculum vitae", apresentando relatório circunstanciado e conclusivo.

V - A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à APAE, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes previstos neste Estatuto.

Seção III

Dos Direitos dos Associados

Art. 10 - São direitos assegurados aos Associados Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

- a) participar das Assembléias Gerais, discutir, votar e ser votado para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- b) propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da APAE;
- c) requerer convocação de Assembléia Geral Extraordinária, justificando convenientemente o pedido;
- d) participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE, usando da palavra, mas sem direito a voto;
- e) apresentar à APAE idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;
- f) participar de todos os eventos organizados pela APAE, Conselho Regional, Federação das APAEs do Estado e Federação Nacional das APAEs;
- g) requerer a apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs as propostas de alteração do Estatuto da APAE.
- h) convocar os órgãos deliberativos da APAE quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1º - Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2º - Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3º - Os associados contribuintes, quando funcionários da APAE, cedidos ou com vínculo indireto, não poderão votar, nem serem votados, nem convocar Assembléia Geral Extraordinária.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 11 - São obrigações dos associados da APAE:

- a) manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;
- b) pagar as contribuições e prestar todas as informações solicitadas pela Diretoria Executiva;

6. 12
- c) participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;
 - d) aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva da APAE, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;
 - e) cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as Resoluções da Diretoria Executiva, as do Regimento Interno, bem como as decisões dos órgãos dirigentes da APAE;
 - f) informar, por escrito, à Diretoria Executiva da APAE, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências.

Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 12 - As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados, acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da APAE, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

§ 1º - As penalidades a que se refere o caput do artigo consistem em:

I - Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, e será aplicada pelo Presidente da APAE;

II - Suspensão, do direito de votar e de ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Diretor Financeiro;

III - Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da APAE, da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs.

§ 2º - A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com o aval da Assembléia Geral, para punir faltas muito graves.

§ 3º - Em caso de morte o direito do associado não se transfere a terceiros.

§ 4º - Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas infrações contra o presente Estatuto, e outras consideradas de natureza grave, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para a Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

§ 5º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 4º deste artigo.

§ 6º - O desligamento dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida à diretoria da APAE, não podendo ser negado.

Art. 13 - Diante de irregularidades existentes e apuradas pela Comissão de Ética designada pela Diretoria Executiva da APAE, o associado será notificado, marcando-se prazo para apresentar a defesa que tiver, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

I - O não atendimento pelo associado, aos termos da notificação, o sujeitará aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da APAE "ad referendum" do Conselho de Administração;

II - Conforme a gravidade da falta, da penalidade aplicada poderá decorrer a suspensão do direito de eleger e ser eleito para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Diretor Financeiro e Segundo Diretor Financeiro, durante oito anos, nos termos do inciso II do artigo 12;

III - Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de Resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da APAE "ad referendum" do Conselho de Administração;

IV - O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembléia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da APAE

Seção I

Da Organização

Art. 14 - São órgãos da APAE, responsáveis por sua administração:

- 1 - Assembléia Geral
- 2 - Conselho de Administração
- 3 - Conselho Fiscal
- 4 - Diretoria Executiva
- 5 - Autodefensoria
- 6 - Conselho Consultivo

§ 1º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados da APAE há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria.

§ 2º - O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo, não pode ser remunerado a qualquer título, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações, ou de quaisquer

outras vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a dirigentes, diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

§ 3º - A APAE não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

§ 4º - Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos, sempre que possível.

Art. 15 - Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a APAE, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembléia Geral

Art. 16 - A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da APAE, será constituída pelos associados que a ela comparecerem, em pleno gozo de seus direitos estatutários, quites com suas contribuições junto à tesouraria da APAE, e pelos pais das pessoas com deficiência matriculadas nos programas de atendimento da APAE.

§ 1º - Terão direito de votar nas Assembléias Gerais, os pais e as mães e os associados contribuintes, há no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais.

§ 2º - No caso de procuração, o outorgado deverá ser associado da APAE outorgante.

§ 3º - Não se admite mais de uma procuração por associado contribuinte.

§ 4º - Instalada a Assembléia Geral pelo Presidente, o mesmo fará a prestação de contas, apresentando o balanço e o relatório de atividades, secretariado pelo (a) Diretor (a) Secretário (a) da APAE.

§ 5º - Uma vez instalada Assembléia Geral e havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da mesma, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 6º - Em caso de empate, para os cargos de Presidente e Secretário da Assembléia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da APAE.

§ 7º - Em caso de empate para a Diretoria Executiva considerar-se-á eleita a chapa cujo presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da APAE.

Art. 17 - A convocação da Assembléia Geral far-se-á uma única vez por meio de publicação na imprensa do município da APAE, e por notificação aos associados e pais, feita através de boletim, telegrama, circular ou outros meios convenientes, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, admitindo-se, como alternativa, editais afixados nos principais lugares públicos do município, com a mesma antecedência.

§ 1º - No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverá constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constar dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 18 - À Assembleia Geral, órgão soberano da APAE, compete exclusivamente:

- a) alterar o Estatuto;
- b) decidir sobre a fusão, transformação, dissolução ou extinção da APAE;
- c) eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- d) destituir os administradores;
- e) aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- f) verificar a qualificação e proclamar os membros do Conselho Consultivo, na forma estabelecida neste Estatuto;
- g) apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- h) conceder o título de associado benemérito e honorário, por proposta da Diretoria.

Parágrafo único - As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da APAE.

Art. 19 - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nas alíneas "c", "e" e "f" do artigo 18, com posse no primeiro dia útil de janeiro do ano subsequente.

Art. 20 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, sempre que julgar conveniente, ou quando houver requerimento assinado por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais, para os fins indicados nas alíneas "a", "b", "d", "g" e "h" do artigo 18, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 21 - O Conselho de Administração, composto de 05 (cinco) a 15 (quinze) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

10

§ 2º - No caso de ocorrer vaga ou impedimento dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, da terça parte dos seus membros.

§ 5º - Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir as reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º - O Presidente e o Diretor Secretário do Conselho de Administração serão os titulares dos cargos da Diretoria Executiva, sem direito a voto, exceto o de Minerva, ao Presidente.

Art. 22 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) aprovar o Regimento Interno da APAE;
- b) emitir parecer, para encaminhamento à Assembléia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;
- c) aprovar o Plano Anual de Atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- d) examinar o Relatório de atividades da Diretoria Executiva, sobre as atividades e a situação financeira da APAE, em cada exercício;
- e) responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;
- f) deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;
- g) examinar e deliberar sobre a política de atendimento a pessoa com deficiência no âmbito da APAE;
- h) referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;
- i) aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico, indicado pela Diretoria Executiva;
- j) preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, e referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;
- k) escolher, através de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidatos à chapa oficial à presidência da APAE;
- l) assumir a presidência da APAE, por meio de indicação de três membros, no caso de renúncia ou destituição dos membros da Diretoria Executiva;
- m) convocar, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar em 60 dias, para eleição da Diretoria Executiva;
- n) aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis.

Seção IV
Do Conselho Fiscal



Art. 23 - O Conselho Fiscal será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados, há no mínimo, 01 (um) ano, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal, quites com suas obrigações sociais, e compõem-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 24 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da APAE, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento do respectivo titular;

II - examinar os livros de escrituração da entidade;

III - examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V - opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

VI - promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII - fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

§ 1º - O exame das contas deverá ser repetido em caso de vaga do Diretor Financeiro, hipótese em que as contas serão submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V
Da Diretoria Executiva

Art. 25 - A Diretoria Executiva da APAE será composta de, no mínimo:

1 - Presidente

2 - Vice-Presidente

3 - 1º e 2º Diretores Secretários

4 - 1º e 2º Diretores Financeiros

5 - Diretor de Patrimônio

6 - Diretor Social

§ 1º - A Diretoria Executiva será eleita em Assembléia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, podendo, excepcionalmente, prorrogar-se até a posse de seus sucessores, permitindo-se uma reeleição.

§ 3º - Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e Diretores Financeiros.

Art. 26 - A Diretoria Executiva se reunirá no mínimo de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º - O Presidente terá, além do seu, o voto de qualidade nos casos de empate.

Seção VI

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 27 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) promover e fomentar a realização dos fins da APAE;
- b) elaborar o Regimento Interno da APAE, submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, remetendo cópia à Federação das APAEs do Estado e à Federação Nacional das APAEs;
- c) aprovar a admissão de associados;
- d) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- e) submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembléia Geral;



- 13
- f) submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da APAE, em cada exercício;
- g) organizar o plano de constituição de comissões especiais encarregadas da execução dos fins sociais, designar sede e os respectivos membros, e supervisionar a atuação das mesmas comissões;
- h) criar, prover e desprover os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- i) promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- j) convocar a Assembléia Geral e reuniões do Conselho de Administração;
- k) pagar as contribuições à Federação Nacional das APAEs;
- l) respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das APAEs do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das APAEs;
- m) promover a participação da APAE nas Olimpíadas, Festivais, Congressos e outros eventos;
- n) estabelecer procedimentos e diretrizes para aquisição de bens móveis e imóveis, e recebimento de doações, considerando sempre o custo/benefício e após ouvido o Conselho de Administração;
- o) receber doações com encargos e fazer doações, sempre com encargos, após ouvido o Conselho de Administração;
- p) indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;
- q) alienar bens imóveis, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;
- r) estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;
- s) dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;
- t) convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela APAE.

§ 1º - O plano anual/plurianual de atividades e o orçamento, de que trata a alínea "d" deste artigo, deverão ser encaminhados até 60 (sessenta) dias a contar do início do exercício.

§ 2º - A Diretoria Executiva, somente poderá fazer doações, após ouvido o Conselho de Administração, e sempre com encargos;

§ 3º - A aquisição e alienação de bens de que tratam as alíneas "n" e "q", deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração.

Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 28 - Compete ao Presidente:

- a) assegurar o pleno funcionamento dos serviços da APAE nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos com o apoio do Conselho de Administração;
- b) convocar e presidir a Assembléia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- c) representar a APAE, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado, com as quais se relacionar;
- d) representar a APAE judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e

outras ações judiciais, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

e) apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da APAE, ao fim de cada ano e, ao término do mandato, à Assembléia Geral;

f) dirigir a APAE, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;

g) assinar cheques e ordens de pagamento, conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;

h) instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;

i) zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;

j) ratificar de modo expresso, à Federação das APAEs do Estado e à Federação Nacional das APAEs o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;

k) cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da APAE.

Parágrafo único - O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único - Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato.

Art. 30 - Compete ao 1º Diretor Secretário:

- a) secretariar as Assembléias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;
- b) superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da APAE;
- c) exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;
- d) entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da APAE;
- e) disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e leitura do Estatuto da APAE;
- f) exercer a presidência da APAE no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Parágrafo único - Compete ao 2º Diretor Secretário:

- a) substituir o 1º Diretor Secretário nas suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 31 - Compete ao 1º Diretor Financeiro:

40

exercício da função. Art. 38. As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração. Art. 39. Compete ao Conselho Consultivo: a) atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município; b) esclarecer, quando solicitado e possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo; c) zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano; d) participar, mediante convite, dos eventos realizados pela APAE. Capítulo quatro - Da Procuradoria Jurídica. Art. 40. A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil. Parágrafo único: O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o procurador jurídico nas faltas ou impedimentos deste. Art. 41. O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da APAE, após aprovação do Conselho de Administração. Art. 42. O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e opinará sobre a juridicidade e legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal. Art. 43. Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência. Art. 44. Compete ao Procurador Jurídico: a) atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência; b) defender os interesses da APAE, em juízo ou fora dele, mediante expresso mandato do Presidente ou de seu substituto legal; c) elaborar, examinar, e visar minutas de contratos e convênios; d) emitir parecer sobre matéria de interesse geral da APAE, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno; e) representar juridicamente a entidade junto às repartições públicas e privadas; f) pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência; g) manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida; h) dirigir os serviços da Procuradoria da APAE. Capítulo cinco - Das Receitas e do Patrimônio. Art. 45. As receitas da APAE, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por: I - contribuições de associados e de terceiros; II - legados; III - subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público; IV - doações de qualquer natureza; V - quaisquer proventos e auxílios recebidos; VI - produto líquido de promoções de beneficência; VII - rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir; VIII - auxílio ou recursos provenientes de convênio que venha a receber de entidades públicas e privadas. Parágrafo único - Essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional. Art. 46. O patrimônio da APAE será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública. Parágrafo único - No caso de dissolução ou extinção da APAE as receitas e o patrimônio social reverterão em benefício de entidades congêneres, com personalidade jurídica, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a entidade pública. Capítulo seis - Das Eleições. Art. 47. De três em três anos, serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Parágrafo único. A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única. Art. 48. A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembléia Geral Ordinária. § 1º A inscrição das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da APAE até 20 dias antes da eleição, que se realizará dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral. § 2º Somente poderão integrar as chapas os concorrentes associados da APAE há pelo menos 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à Tesouraria da APAE. § 3º São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da APAE: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 1º grau, funcionários quando no exercício do cargo ou cedidos. § 4º Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão

apresentar no ato da inscrição da chapa cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, declaração de bens móveis e imóveis, certidões negativas criminais, certidão de regularidade do CPF, ficha de filiação de associado da APAE, cópia do parecer favorável da prestação de contas do Conselho Fiscal e da ata de aprovação da última gestão, no caso de candidato à reeleição, declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do parágrafo 6º deste artigo, devendo um dos três candidatos manter seu domicílio no município sede da APAE. § 5º É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da APAE. § 6º É vedada a participação de funcionários da APAE na Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, ainda que cedidos ou com vínculo empregatício direto ou indireto. Art. 49. O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela APAE por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma. Art. 50. A eleição será realizada, de três em três anos, na primeira quinzena do mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte. Capítulo sete - Disposições Gerais. Art. 51. Toda proposta para alteração do presente Estatuto só poderá ser apresentada em Assembléia Geral Extraordinária convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 17, com aprovação prévia da Federação Nacional e desde que não colida com os Estatutos da Federação do Estado e da Federação Nacional das APAEs. Parágrafo único. Toda proposta de alteração estatutária deverá ser entregue e protocolada na Secretaria da APAE, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias que antecederem a instalação da Assembléia Geral Extraordinária para tal fim convocada, sem o que não será apreciada. Art. 52. A extinção, fusão, transformação, ou alteração do nome da APAE somente poderá ser feita se determinada e aprovada por deliberação de 2 (duas) Assembléias Extraordinárias sucessivas, realizadas com intervalo de 90 (noventa) dias, instaladas com a presença de, no mínimo dois terços dos associados, em dia com as obrigações sociais, e de representantes da Federação Nacional das APAEs, sem o que suas deliberações não terão validade. §1º A Federação Nacional das APAEs e a Federação das APAEs do Estado, deverão ser convocadas para participar da Assembléia Geral Extraordinária, obrigatoriamente, com antecedência mínima de 30 dias da data marcada para a realização da mesma, quando convocada para a finalidade prevista neste artigo. §2º É vedada a extinção, fusão ou transformação da APAE quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das APAEs. Art. 53. Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil. Art. 54. O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária, e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação. Ato das disposições estatutárias transitórias. Art. 1º A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, com mandatos até 31 de dezembro de 2006, terão, seus mandatos prorrogados até 31 de dezembro 2007. As eleições previstas anteriormente para o mês de novembro de 2006 deverão ocorrer em novembro de 2007, com posse dos novos eleitos em janeiro de 2008, conforme disposto neste presente Estatuto. Parágrafo único. A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das APAEs do presente estatuto para as APAEs, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo, sob pena de decretação de vacância dos cargos da Diretoria Executiva. Art. 2º O presente Ato entra em vigor juntamente com o Estatuto. Aroeiras, vinte de abril de dois mil e sete". Na sequência foi realizada a eleição da Diretora, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal. A chapa eleita por aclamação, tendo ato contínuo, sido empossada. As seguintes pessoas fizeram uso da palavra: Elizabeth Cristina da Silva (Presidente da APAE em Aroeiras) que falou sobre a necessidade da Associação no município e sua luta pela causa da pessoa com deficiência, também fez uso da palavra a eleita Vice-presidente, Vilma Cristina da Silva Egito de Andrade que agradeceu a todos que compareceram à Assembléia e frizou a necessidade de ajuda da comunidade e encerrando a Assembléia Drª. Juberlita Marques de Aguiar Marques, Secretária de Saúde do município apoiou a

causa e prontificou-se a ajudar citando a grande demanda de pessoas portadoras de deficiências que a tem procurado. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia Geral, cuja Ata foi lavrada por mim: Josirene Ana de Souza e assinada pelos demais presentes.:



- 1 MARIA LÉUCIA DA SILVA ANDRADE
- 2 JOSEFA DA PENHA DA SILVA ANDRADE ROMÃO
- 3 SEVERINA MONTEIRO DA SILVA
- 4 SEVERINA MARTINS
- 5 MARCIO CAVALCANTE SANTANA JUNIOR
- 6 VANDINALDO RIBEIRO LEITE
- 7 RIVONEIDE DA SILVA
- 8 RITA ALVES DA SILVA PEREIRA
- 9 ROSÂNGELA C. DA SILVA
- 10 ROSELITA PEREIRA DA SILVA
- 11 ROZILDA DE BRITO SILVA
- 12 MARIA FRANCISCA DOS SANTOS PEREIRA
- 13 ILDA VICENTE DE ANDRADE
- 14 LEÔNIDA DE OLIVEIRA BEZERRA
- 15 MARIA JOSÉ ALVES BEZERRA
- 16 ANA LÚCIA ALVES
- 17 NAQUIS RAMOS DA SILVA
- 18 AZENALDO JOSÉ BARBOSA NERI
- 19 JOSEFA PEREIRA DA SILVA
- 20 EDNA DA SILVA ARAÚJO
- 21 MARIA DAS NEVES BARBOSA
- 22 JOSÉ BARBOSA DE SOUZA
- 23 MARIA DAS DÓRES P. DE SOUZA
- 24 RENATA PEREIRA DE SOUZA
- 25 ITAMAR DE SOUZA ANDRADE
- 26 MARIA HILDA GOMES DA SILVA
- 27 ALINE RISSELI FLORINDO DA SILVA
- 28 ADIVALDO ALIAS RIBEIRO
- 29 EUCLISVALDO BALBINO DE BRITO
- 30 ADILSA MARINHO DO NASCIMENTO
- 31 LINDERLI BEZERRA DA SILVA
- 32 PAULO DIAS DE ARAÚJO
- 33 ERNESTINA IVA DE SANTANA
- 34 SUÉLEN MARIA TAVARES
- 35 SUÊNIA MARIA TAVARES
- 36 JOSILDA MARIA TAVARES
- 37 EDITE FERREIRA DA SILVA
- 38 MARGARIDA DA MOTA ROCHA
- 39 ALBERTO ALVES DE ANDRADE
- 40 VILMA CRISTINA DA SILVA EGITO DE ANDRADE
- 41 NAIZA EGITO DE MIRANDA
- 42 ISAAC EGITO DE ANDRADE
- 43 MARILENE JERÔNIMO DA SILVA
- 44 MARIA ALVES DA SILVA ARAÚJO
- 45 VIVIANE DA SILVA ARAÚJO
- 46 MARGARETH DE SOUZA BARBOSA
- 47 MARIA DAS DÓRES ALBUQUERQUE DA NÓBREGA
- 48 ANDRÉ EGITO DE ANDRADE
- 49 EDUARDO JORGE DIAS FLORENTINO

- 50 MYLTON DOMINGUES DE AGUIAR MARQUES
51 JOSINALVA PEREIRA DE SOUZA
52 JOSÉ JAILSON DA SILVA LIMA
53 SEVERINO VINICIUS DA SILVA
54 VÂNIA LÚCIA DE SOUZA
55 INÊS GOMES DE SOUZA
56 LUCILENE ELIAS RIBEIRO
57 MARIA A. DA CUNHA S. ARAÚJO
58 REGILANE MARIA SILVA DANTAS
59 MARIA DA SILVA
60 MARIA GORETE DA SILVA
61 MARIA DO SOCORRO BERBARDO DE FREITAS
62 NÊUMA GERMANO DE ARAÚJO
63 MARIA DAS DÓRES
64 SANDRA VIEIRA DA SILVA
65 MARIA APARECIDA GOMES MARINHO
66 SIMONE ALVES MONTEIRO
67 JOSEFA SABINO DE ARAÚJO
68 MARIA DO SOCORRO DA SILVA
69 MARIA DE JESUS F. DA SILVA
70 MARINALVA MARQUES B. ARAÚJO
71 JOSÉ JAILSON BATISTA DA SILVA
72 DIÓGENES VIRGINIO DE ANDRADE
73 VANDERLEI GOMES DE SOUZA
74 ANTÔNIO SOARES DA SILVA
75 JOANA DARK DA SILVA
76 DORACÍ LOPES DE BRITO ALVES
77 VERA LÚCIA GOSMO BARBOSA
78 JÉSSICA DE SOUZA BARBOSA
79 IVONETE MARIA SIMPLINCIO
80 TEREZINHA CAMILO MARCOLINO
81 MARIA CAMILO MARCOLINO
82 MARIA JOSÉ BARBOSA
83 JUBERLITA MARQUES DE AGUIAR MARQUES
84 JOSÉ MARCOS DA S. MARQUES
85 SEVERINO MARTINS DA SILVA
86 JELSON JERÔNIMO DA SILVA
87 DANNILO EGITO DE ANDRADE
88 RICARDO EGITO DE ANDRADE





Ata de reunião em caráter extraordinário da Associação de Pais e Amigos do Excepcional, APAE, deste município de Aroeiras-PB, realizada no dia cinco de julho de dois mil e sete, às quatorze horas e trinta minutos na sede da associação supra citada, situada na rua Padre Leonel Franca, Aroeiras-PB, sob a presidência da Sr^a Elizabeth Cristina da Silva Andrade e secretária: Josirene Ana de Souza. Havendo o número de visitantes suficiente a diretoria deu início à reunião expondo a necessidade de ser lavrado esta ata sob a qual contassem os nomes dos ocupantes para os cargos de diretores, do conselho Administrativo e do Conselho Fiscal desta instituição. Fazendo alusão ao fato de ser negado a abertura de uma conta bancária para a Associação de Pais e Amigos do Excepcional, APAE. Aroeiras - PB junto a Agência do Banco do Brasil neste município, a qual negou por não constar os nomes na ata de fundação, eleição e posse desta Associação. Por não constar os nomes para os cargos da diretoria, Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal é que se fez necessário esta reunião em caráter extraordinário na qual se fez presente todos os convocados na qual segue lista de nomes: Presidente - Elizabeth Cristina da Silva Andrade; Vice-Presidente - Vilma Cristina da Silva Egito de Andrade; Primeiro Secretário - Josirene Ana de Souza ; segundo secretário - Maria Alves da Silva Araújo; Primeiro Diretor Financeiro - Naquis Ramos da Silva; Segundo Diretor Financeiro - Adilza Marinho do Nascimento; Diretor de Patrimônio - Lucilene Elias Ribeiro; Diretor Social- Ana Célia Oliveira; Do Conselho Administrativo- Maria Francisca dos Santos Pereira; Itamar de Souza Andrade; Rosely Francisco de Souza; Antonio Soares da Silva; Alberto Alves de Andrade; Rita Alves da Silva Oliveira; Azenaldo José Barbosa Nery; Maria de Jesus Ferreira da Silva; Josefa Pereira da Silva; Heleno Gomes Barbosa Filho; Solange Soares Alves Nóbrega; Inês Gomes de Souza; Naiza Egito Miranda; Josefa da Penha da Silva Andrade Romão; Luiza Izabel Cavalcanti Ramos de Lima, Do Conselho Fiscal- Ernestina Ivã de Santana; Renata Pereira de Souza; Regina da paz Pereira de Souza e seus respectivos suplentes: Rosane Pereira de Souza; André Egito de Andrade e Edna da Silva Araújo. Todos os nomes tendo sido lavrado em ata, bem como seus respectivos cargos , segue lista de assinaturas acompanhada do número de CPF de todos presentes:

- | | |
|--|------------------------|
| 1- Josirene Ana de Souza | Nº CPF: 826.116.614-72 |
| 2- Josefa Pereira da Silva | CPF: 447.455.164-87 |
| 3- Solange Soares Alves Nóbrega | CPF: 001.782.274-20 |
| 4- Rosane Pereira de Souza | CPF: 042.474.584-42 |
| 5- Naquis Ramos da Silva | CPF: 060.352.194-03 |
| 6- Renata Pereira de Souza | CPF: 055.651.854-32 |
| 7- Inês Gomes de Souza | CPF: 657.592.734-34 |
| 8- Lucilene Elias Ribeiro | CPF: 062.740.274-75 |
| 9- Antônio Soares da Silva | CPF: 043.739.214-74 |
| 10- Vilma Cristina da S. Egito de Andrade | CPF: 477.737.074-72 |
| 11- Alberto Alves de Andrade | CPF: 477.736.934-04 |
| 12- Naiza Egito dae Miranda | CPF: 581.737.574-53 |
| 13- André Egito de Andrade | CPF: 078.360.984-19 |
| 14- Edna da Silva Araújo | |
| 15- Maria Alves da Silva Araújo | CPF: 657.613.084-87 |
| 16- Maria das Dores Albuquerque da Nóbrega | CPF: 570.742.594-20 |
| 17- Adilza Marinho do Nascimento | CPF: 035.309.434-01 |
| 18- Ernestina Iva de Santana | CPF: 022.306.574-96 |
| 19- Azenaldo José Barbosa Néri | CPF: 020.680.964-63 |

20- Ana Célia da Silva Oliveira
 21- Joseja da Penha da Silva Andrade Romão
 22- Regina da Paz Pereira de Souza
 23- Rosely Francisco de Souza
 24- Elizabeth Cristina da Silva Andrade
 25- Itamar de Souza Andrade
 26- Rita Alves da Silva Oliveira
 27- Maria de Jesus Ferreira da Silva
 28- Heleno Gomes Barbosa Filho
 29- Maria Francisca dos Santos Pereira
 30- Claudete José da Silva Oliveira
 31- Maria das Dores P. de Souza
 32- José Barbosa de Souza
 33- Maria José P. de Souza
 34- Dalvilene Martins Barbosa
 35- Lidianne Maria Pereira Araújo
 36- Lucilene de Moraes Silva
 37- Cláudia Andrade Oliveira
 38- Dário César Cabral
 39- Avani C. de Lira
 40- Emerson Richards Carlos Cabral

CPF: 049.082.894.-92
 CPF: 085.485.074-30
 CPF: 034.848.034-28
 CPF: 072.515.144-78
 CPF: 892.894.714-68
 CPF: 038.623.444-28
 CPF: 657.592.144-20
 CPF: 991.319.434-20
 CPF: 657.582.344-00
 CPF: 768.421.264-87
 CPF: 147.846.964-15
 CPF: 520.208.007-72
 CPF: 197.509.357-72
 CPF: 114.837.288-11
 CPF: 437.859.054-91
 CPF: 056.738.034-35
 CPF: 313.244.014-00
 CPF: 035.114.364-51
 CPF: 038.601.795-89
 CPF: 049.432.854-14
 CPF: 032.206.084-26



SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS

Rua do Rosário nº 48 - Centro - Aroeiras - Pb.
 CEP. 58.489-000. Telefax (0xx83) 396-1037
 CNPJ (MF) - 09.369.588/0001-20
 Severino Ramos de Araújo Santos.
 - Tabelião -
 Willza Maria Germano Santos Lima.
 Eliezete Alcântara de Souza
 - Substitutas -

CERTIDÃO

C E R T I F I C O que a presente Ata foi devidamente registrada nesta Serventia sob nº 256 folha 13v do livro nº A/03 - Registro das Pessoas Jurídicas. O referido é verdade; dou fé.

Aroeiras, 12 de julho de 2007.



Eliezete Alcântara de Souza
 - Severino Ramos de Araújo Santos -
 - O Oficial -

Eliezete Alcântara de Souza



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA



**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário
Às fls. _____ sob o nº 359107
Em 03/10/2007
P. Megale Maia
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 04/10/2007
P. Megale Maia
Dir. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 04/10/2007
[Assinatura]
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 10/10/2007
[Assinatura]
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

A Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator
Em ____ / ____ / 2007.

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico
Em ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado
Traci Junior
Em 08/10/2007
[Assinatura]
Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ / 2007
Parecer _____
Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

Aprovado em (_____) Turno
Em ____ / ____ / 2007.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(46) Página (s) e (_____) Documento (s) em anexo.
Em 03/10/2007
[Assinatura]
Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA



LEI Nº 6.324 , DE 08 DE JULHO DE 1996

Estabelece normas para as Associações e Fundações serem declaradas de utilidade pública no Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - As sociedades civis, associações, fundações e as entidades de caráter beneficente, educativo religioso, artístico e esportivo, poderão ser reconhecidas de utilidade pública no Estado da Paraíba, cujas finalidades objetivem o aperfeiçoamento físico, intelectual ou moral das pessoas.

Art. 2º - A instituição que pretenda beneficiar-se deste reconhecimento, encaminhará solicitação para efeito de iniciativa para Projeto de Lei, ao Governador do Estado ou a qualquer Deputado, juntando respectivos estatutos e fazendo prova de :

- I** - Personalidade Jurídica;
- II** - Possuir sede;
- III** - Estar em efetivo funcionamento;
- IV** - Que esteja realizando suas finalidades estatutárias, pelo menos a dois anos;
- V** - Que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados e seus diretores possuam bons antecedentes e moralidade comprovada;
- VI** - Que se obriga a publicar, anualmente, a demonstração da receita e da despesa realizada no período anterior.



ESTADO DA PARAÍBA



Art. 3º - A instituição reconhecida de utilidade pública no Estado da Paraíba, terá preferência na obtenção de quaisquer auxílios ou subvenções e demais benefícios prestados pelo Estado da Paraíba.

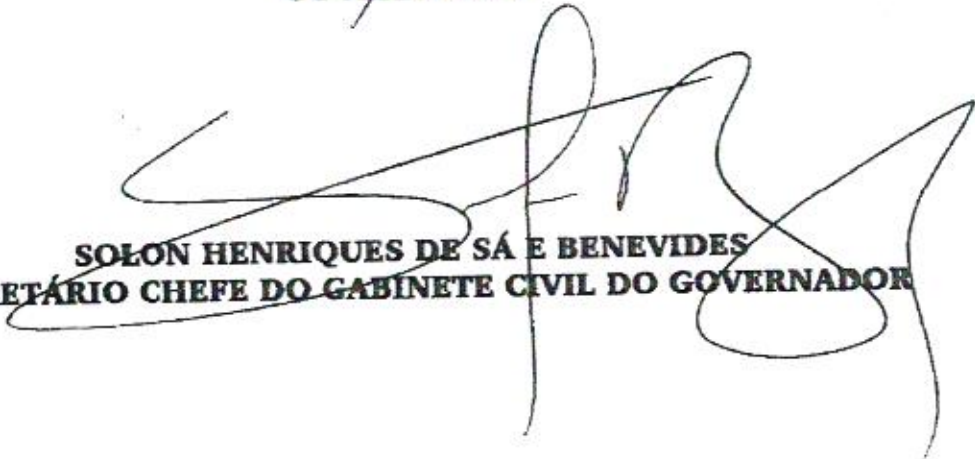
Art. 4º - A qualquer tempo poderá o Legislativo tornar sem efeito esse reconhecimento, se provada a falsidade das alegações e dos documentos apresentados ou quando modificada a finalidade a que se propôs.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 08 de julho de 1996; 107º da Proclamação da República.


JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR


OLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES
SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE AROEIRAS
"Casa Pedro Paulo de Andrade"



DECLARAÇÃO.

Declaro para os devidos fins de direito, fazendo provas a quem interessar, que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Aroeiras-PB, com Sede na Rua Pe. Leonel Franca, n.º 50, nesta cidade, ENCONTRA-SE EM PLENO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES desde 20/04/2007, voltadas a assistência dos excepcionais de nosso Município.

Ciente do que Declaro,

Aroeiras – PB, 06 de Outubro de 2009.

Jailson Bezerra de Andrade.
Presidente.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº 359/2007

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A
APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE
AROEIRAS – PB E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : Dep. ARNALDO MONTEIRO
RELATOR: DEP. ROMERO RODRIGUES

PARECER Nº 1336/09

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 359/2007**, de iniciativa do insigne Deputado Arnaldo Monteiro, o qual **reconhecer de "Utilidade Pública a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aroeiras"**, com atuação e sede naquele Município do Estado da Paraíba.

A presente proposição constou no Expediente de Sessão Ordinária do dia 04 de outubro de 2007, vindo em seguida, a esta Comissão, em obediência a regra regimental.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise, encontra-se devidamente instruída, conforme preconizada na Lei nº 6.324, de 08 de julho de 1996, vindo, assim, preencher os requisitos essenciais nela descritos, não infringindo qualquer dispositivo de ordem legal.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aroeiras "**APAE**", é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, de pessoa jurídica de direito privado, que visa, principalmente, praticar ações beneficentes as pessoas com deficiência, garantindo-lhes o absoluto exercício da cidadania.

Prima pelo excelente trabalho de assistência social que vem promovendo naquele município, em favor dos deficientes físicos: crianças e adultos, assegurando-lhes a inclusão na vida social e produtiva.



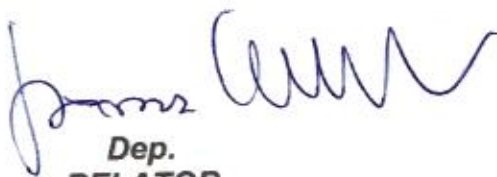
**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**



Portanto, constatadas as alegações supramencionadas, e não encontrando qualquer óbice que venha obstar a proposição, o voto deste Relator é pela aprovação do Projeto de Lei nº 359/2007.

É o voto.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 2009.



**Dep.
RELATOR**



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

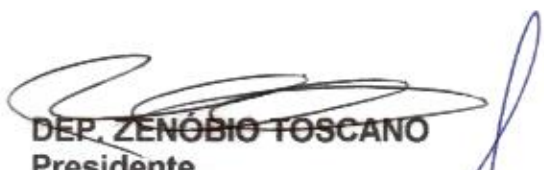


III - PARECER DA COMISSÃO

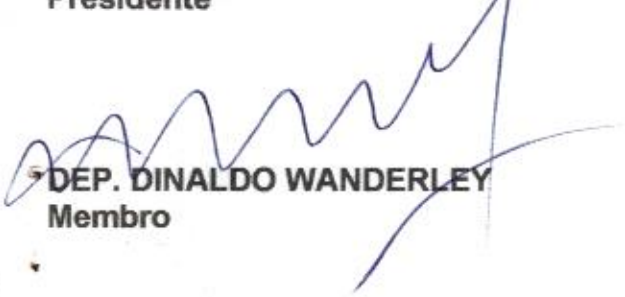
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela aprovação do **Projeto de Lei nº 359/2007**, na sua forma original, nos termos do voto do ilustre Relator.

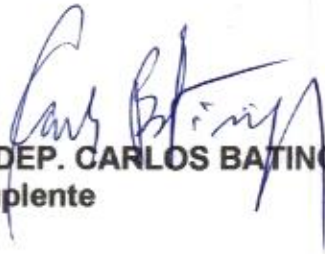
É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 2009.


DEP. ZENÓBIO TOSCANO
Presidente


DEP. BRANCO MENDES
Membro


DEP. DINALDO WANDERLEY
Membro


DEP. CARLOS BATINGA
Suplente

DEP. JEOVÁ CAMPOS
Membro

DEP. GERVASIO MAIA
Membro


DEP. ROMERO RODRIGUES
Membro

Apreciada Pela Comissão

No Dia 20/10/09



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

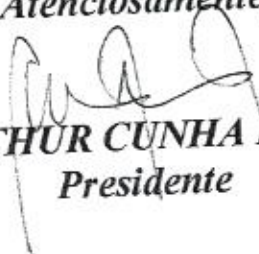
Ofício nº 781/2009

João Pessoa, 20 de outubro de 2009.

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 359/2007 de autoria do Deputado Estadual Arnaldo Monteiro, que
"Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Aroeiras - APAE, localizada no Município de Aroeiras,
neste Estado".

Atenciosamente,


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
"Palácio da Redenção"
João Pessoa – PB



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 781/2009
PROJETO DE LEI Nº 359/2007
AUTORIA: DEPUTADO ARNALDO MONTEIRO

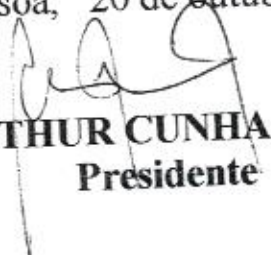
**Reconhece de Utilidade Pública a
Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Aroeiras - APAE,
localizada no Município de Aroeiras,
neste Estado.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

**Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais de Aroeiras - APAE, localizada no Município
de Aroeiras, neste Estado.**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de
Epitácio Pessoa", João Pessoa, 20 de outubro de 2009.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente